

II. Situação Económico-Financeira Demonstrações Financeiras

Esta parte do Relatório respeita à Situação económico-financeira da Instituição, através da publicação dos respectivos Balanços e Contas e do Relatório dos Auditores.

Situação Económico-Financeira

Situação financeira

No ano de 2009 assistiu-se a uma desaceleração na economia mundial devido aos efeitos da crise financeira e de crédito iniciada em 2007, que se prolongou por 2008 e 2009. Assim, em 2009, o crescimento real do PIB das economias desenvolvidas recuou 3,2 por cento, com os EUA a regredirem 2,4 por cento, a Zona Euro 4,1 por cento e o Japão 5,3 por cento. As novas economias industrializadas asiáticas apresentaram uma quebra menos acentuada de 0,9 por cento e, no final do último trimestre, evidenciavam já um crescimento vigoroso. A China atingiu um crescimento de 8,7 por cento, inferior ao observado em 2008, mas ainda assim notável, se se tiverem em consideração as dificuldades sentidas noutras economias.

Os preços ao consumidor caíram nos EUA (0,3 por cento) e no Japão (1,4 por cento) mas conseguiram um ligeiro aumento na zona do Euro (0,3 por cento).

Os governos mantiveram os programas de emergência destinados a mitigar os efeitos da crise do crédito que, em geral, foram eficazes; no entanto, estas medidas produziram um efeito colateral, reflectido num aumento substancial do endividamento dos governos, situação que levará bastantes anos a normalizar. Em resultado desta situação, existem muitas dúvidas quanto à credibilidade creditícia de alguns estados. Os efeitos desta crise deverão manter-se ainda durante vários anos.

Os mercados de acções voltaram a cair de forma drástica no início de 2009, continuando o trajecto de queda abrupta observada no último período de 2008. Porém, a partir de Março, os mercados mostraram uma recuperação assinalável que, no entanto, não foi suficiente para compensar as perdas ocorridas em 2008 e início de 2009. Portanto, o índice MSCI World apresentou um aumento de 23,8 por cento em 2009, o índice S&P 500 de 20,4 por cento, o índice Dow Jones Euro Stoxx 50 de 20 por cento e o índice PSI 20 de 33,5 por cento. O índice global de obrigações governamentais caiu 0,6 por cento, mas o índice das obrigações governamentais europeias registou uma subida de 4,3 por cento.

Os bancos centrais continuaram com a sua política de taxas de juro de curto prazo muito reduzidas. O banco central americano manteve a taxa de *fed funds* nos 0,25 por cento durante 2009, enquanto o Banco Central Europeu reduziu a *repo rate* progressivamente de 2,5 por cento no final de 2008 para 1 por cento no fim do ano de 2009 e continua com a mesma taxa até Maio de 2010 (data da preparação deste relatório).

Carteira de investimentos

Em resultado das quedas observadas em 2008 nos diversos índices e da sua repercussão na *performance* da carteira de investimentos da Fundação, foi tomada a decisão de efectuar uma reavaliação profunda da estrutura e do enquadramento da carteira de investimentos. Com a queda profunda observada nos mercados no início de 2009 foi também tomada

a decisão de abdicar de investimentos de risco recorrendo à sua transferência para liquidez. Na sequência da revisão efectuada, a Fundação decidiu alterar as estruturas de governo da carteira de investimentos, revogar os mandatos que mantinha com alguns gestores, alterar as directrizes de investimentos que regem a gestão discricionária das carteiras de investimento e criando fundos de investimentos passivos em acções e obrigações. Assim, 2009 foi um ano de alterações relevantes nos investimentos da Fundação.

A carteira de investimentos da Fundação não pôde, portanto, beneficiar da forte recuperação dos mercados que se verificou desde meados de Março até finais do Verão de 2009, pois durante a maior parte deste período não esteve investida em acções, mantendo uma exposição elevada a liquidez. O retorno obtido em 2009 foi de 3,8 por cento.

As novas directrizes de investimento visam a obtenção de um retorno anual real, antes de inflação, de 4,5 por cento num período de 3 a 5 anos. Um dos objectivos pretendidos é o de que os gestores adoptem uma visão de longo prazo nas suas decisões de investimento: a estrutura anterior tendia a favorecer decisões com uma visão de curto prazo, o que não se enquadrava nos objectivos de uma organização perpétua como é a Fundação.

A distribuição da carteira pelas principais classes de activos em 31 de Dezembro de 2009, era a seguinte:

Acções	29,6 por cento
Obrigações	33,1 por cento
Liquidez	29,5 por cento
Imobiliário e outros investimentos	7,7 por cento
Moeda (<i>Currency hedges</i>)	0,1 por cento
	<u>100 por cento</u>

No início de 2010, uma parte significativa da liquidez (500 milhões de euros) foi investida em fundos de gestão passiva de acções e de obrigações.

A carteira de investimentos tinha um valor de mercado de 1,778 milhões em 2009, comparando com os 1,773 milhões em Dezembro de 2008. Portanto, apesar das incertezas associadas com o comportamento dos mercados e as alterações na estrutura de investimentos durante 2009, bem como dos levantamentos destinados a cobrir as despesas operacionais previstas no orçamento da Fundação, foi mantido o valor da carteira.

Interesses petrolíferos

Os preços *spot* do petróleo *brent* aumentaram mais de 83 por cento, de USD 42 por barril no final de Dezembro de 2008 para USD 77 por barril no fim de 2009. O preço médio, no entanto, retrocedeu de USD 96 em 2008 para USD 62 em 2009. O valor mais elevado em 2009 foi de USD 79 por barril face aos USD 146 por barril observados em 2008.

Sobretudo em consequência da queda no preço médio do petróleo, o volume de negócios do Grupo Partex caiu 42 por cento em 2009 face aos valores de 2008.

O Grupo Partex obteve um lucro consolidado em 2009 de USD 49,399,000 comparando com USD 81,600,000 em 2008; a redução deve-se principalmente ao efeito da queda nos preços de petróleo e gás, um aumento na depreciação e amortização e a um nível mais alto de imparidade de investimentos em exploração.

As participações nas companhias petrolíferas foram reavaliadas ao seu justo valor em 31 de Dezembro de 2009 por um banco de investimentos independente, de acordo com as normas internacionais de relato em vigor. Estas participações foram avaliadas inicialmente ao seu justo valor em 2001, tendo os respectivos justos valores actuais líquidos sido recalculados no final de cada ano seguinte, com o objectivo de assegurar a sua razoabilidade e actualidade.

O valor contabilístico consolidado líquido da Partex Oil Gas (Holding) Corporation aumentou 10,7 por cento em USD em 2009, devido sobretudo ao programa de investimentos e à reavaliação dos activos. O lucro operacional, no entanto, caiu de forma substancial devido à diminuição dos preços médios do petróleo e ao aumento dos custos de imparidade derivados do insucesso em algumas actividades de exploração, particularmente no Brasil e o abandono de uma concessão em Portugal.

No final de 2009, as concessões do Grupo Partex em Angola, Portugal e Brasil permaneceram numa fase de exploração, enquanto no Cazaquistão o plano de desenvolvimento do campo de Dunga se encontrava em fase de implementação.

Em 2009, foi declarado um dividendo interino de USD 20 milhões, tendo sido aprovado em Março de 2010 um dividendo adicional e final no valor de USD 3 milhões, ambos a serem pagos em 2010.

Execução orçamental

Os dados relativos à execução do Orçamento e Plano de Actividades da Fundação no exercício de 2009 revelam, em síntese, o seguinte:

- ▶ A execução orçamental cumpriu globalmente as previsões iniciais, apesar de ter havido um conjunto de encargos não previstos, designadamente os associados às mudanças de instalações das delegações no estrangeiro e o lançamento da campanha “País Solidário”.
- ▶ O nível de actividade da Fundação ficou marcado pela estabilização da actividade distributiva (subsídios, bolsas de estudo e prémios) e pela redução das iniciativas próprias que registaram um decréscimo de 1,6 por cento, face ao ano anterior, o que está em consonância com a contracção orçamental, que foi de cerca de 4 por cento.
- ▶ A execução dos custos com pessoal ficou dentro das disponibilidades orçamentais, gerando mesmo um saldo positivo. Relativamente ao ano anterior, os encargos com o pessoal no activo aumentaram 1,5 por cento, valor que comporta uma actualização salarial de 2 por cento e o efeito das promoções e progressões. No final de 2009, o pessoal no activo totalizava 489 efectivos e 22 contratados a termo, para além dos 9 Administradores. Verificou-se uma diminuição de 14 pessoas no número de efectivos e houve um aumento de 10 contratados.
- ▶ Os custos com pensionistas aumentaram 4,2 por cento, em parte como consequência do efeito da actualização da tabela salarial, mas também por terem ocorrido novas reformas de valor elevado e porque aumentaram as despesas médicas. No final de 2009, havia 1030 pensionistas, menos 6 do que em 2008.

- › Os custos de estrutura relativos a investimento baixaram cerca de 59 por cento relativamente ao ano anterior, traduzindo um abrandamento deliberado na realização de grandes obras de remodelação das estruturas físicas. No entanto, os custos de investimento ultrapassaram o orçamentado, por causa da realização de uma obra no Instituto Gulbenkian de Ciência, que não tinha sido prevista.
- › Os custos de estrutura relativos ao funcionamento corrente apresentaram uma redução de 7,4 por cento, face ao ano anterior.
- › Os proveitos subiram, quer em relação ao ano anterior quer em relação ao estimado. As participações externas, designadamente para projectos de investigação científica, continuam a ser a parcela mais significativa dos proveitos. As outras fontes de proveito tiveram algumas oscilações relativamente ao padrão do passado – de notar o aumento das receitas de bilheteiras de museus e exposições e da venda de publicações.
- › A estrutura de custos e de proveitos da Fundação sofreu algumas alterações nos dois últimos anos. Verificaram-se pequenos aumentos dos pesos relativos dos custos com o pessoal no activo e com pensionistas. O peso das actividades – subsídios, bolsas de estudo, prémios e iniciativas próprias – apresentou também um ligeiro crescimento. Tanto o investimento como o funcionamento baixaram a sua importância relativa.

Custos e proveitos realizados

Custos e proveitos	Euros			
	Realizado	Realizado	Variação	
	2008	2009	V. Absoluta	%
	1	2	3=2-1	4=3/1
Custos com pessoal no activo	31 061 535	31 513 042	451 507	1,5
Custos de estrutura	18 899 623	14 523 884	-4 375 739	-23,2
› Investimento	4 850 017	1 984 554	-2 865 463	-59,1
› Funcionamento	14 049 606	12 539 330	-1 510 276	-10,7
Subsídios, bolsas e prémios	24 054 508	24 168 094	113 586	0,5
Iniciativas próprias	24 083 833	23 708 464	-375 369	-1,6
Custos com pensionistas	17 058 029	17 778 325	720 296	4,2
Custo total bruto	115 157 528	111 691 809	-3 465 719	-3,0
Proveitos (-)	11 781 466	13 117 754	1 336 288	11,3
Custo total líquido	103 376 062	98 574 055	-4 802 007	-4,6



Programas e Novas Intervenções

Houve um reforço significativo das intervenções lançadas sob a forma de programas. Proseguiu-se com os programas Gulbenkian “Língua Portuguesa”, “Ajuda ao Desenvolvimento”, “Ambiente”, “Formação Médica Avançada”, “Combate ao Insucesso e Abandono Escolares” e “Educação para a Cultura” e foram criados os programas “Desenvolvimento Humano” e “Próximo Futuro” – este, na linha da experiência alcançada em 2008 com o Programa Gulbenkian Distância e Proximidade.

No âmbito dos Projectos Transversais e Inovadores, foi dada continuidade ao “Programa Interuniversitário de Reforço da Capacidade Científica”.

Foi lançada a linha orçamental “Novas Intervenções”, com a finalidade de apoiar actuações inovadoras, de acordo com, pelo menos, dois dos seguintes critérios: serem transversais, internacionais, desenvolverem-se em parceria ou envolverem actividades distributivas. Neste âmbito, foram seleccionados para apoio seis iniciativas.

Finalidades estatutárias

A distribuição pelas finalidades estatutárias apresentou uma estrutura com ligeiras alterações relativamente ao ano anterior: Beneficência – 14,8 por cento, Arte – 38 por cento, Educação – 27,1 por cento e Ciência – 20,1 por cento. Verificou-se uma redução de 2,2 pontos percentuais na finalidade Arte e de 1,3 pontos percentuais na finalidade Educação; as finalidades Beneficência e Ciência tiveram aumentos de 3 e 0,5 pontos percentuais, respectivamente.

Repartição de custos entre Portugal e o estrangeiro

A incidência da actividade da Fundação em Portugal e no estrangeiro foi a seguinte: 80 por cento no País e 20 por cento no estrangeiro.

Rateio de custos comuns

Após o encerramento das contas, os custos comuns – suportados pelos Serviços Centrais, Contabilidade, Finanças e Investimentos, Comunicação e SOPC bem como os encargos com o Conselho de Administração – foram repartidos pelos outros serviços e programas, para permitir avaliar o custo real das actividades.

Como resultado deste rateio, os custos dos serviços com actividades directas representaram 55 por cento do total, enquanto os custos dos serviços com actividades distributivas representaram 31 por cento. A expressão relativa do conjunto dos projectos, programas e Novas Intervenções, após rateio, foi de 12 por cento.

Projectos com financiamento de entidades terceiras

Além dos projectos inscritos e executados no âmbito do Orçamento e Plano de Actividades, existem outras intervenções realizadas com a participação activa da Fundação e que são total ou parcialmente financiadas por entidades externas. Estão nesta situação os seguintes projectos: apoio ao Instituto de Ciências da Saúde de Timor-Leste, Instalação do Centro de Investigação em Saúde em Angola, Integração Profissional de Médicos Imigrantes e Campanha País Solidário. As verbas externas mobilizadas para estes projectos foram registadas em contas de terceiros e envolveram, em 2009, mais de 2 milhões de euros.

Pessoal no activo

Os movimentos de pessoal no activo, verificados ao longo do ano, cifraram-se na diminuição de 14 efectivos e de mais 10 contratados a termo (que incluem 6 elementos afectos à modernização da Biblioteca de Paris).

<i>Pessoal ao serviço</i>	<i>31.12.2008</i>	<i>31.12.2009</i>	<i>Variação</i>
Administradores	9	9	0
Efectivos	503	489	-14
› Quadro Geral	439	429	-10
› Quadro Artístico	64	60	-4
Contratos a termo	12	22	10
› Gerais	10	17	7
› Artísticos	2	5	3

Pensionistas

Quanto ao número de pensionistas, verificou-se uma redução de 6 pessoas. A categoria que teve uma diminuição maior foi a dos reformados por velhice ou por invalidez (menos 21), mas foi acompanhada pelo aumento de 8 novas pensões por reforma antecipada, em média mais onerosas.

<i>Pensionistas</i>	<i>31.12.2008</i>	<i>31.12.2009</i>	<i>Variação</i>
Pré-reformas	68	66	-2
Reformas antecipadas	254	262	8
Reformas por velhice/invalidez	515	494	-21
Pensões de sobrevivência	199	208	9
TOTAL	1 036	1 030	-6

Actividade da Fundação em 2009

A importância e a diversidade das actuações da Fundação – as quais contemplam duas vertentes distintas: a concessão de subsídios, bolsas de estudo e prémios e a realização de iniciativas

próprias – e o seu impacto em termos de beneficiários, número de eventos e meios financeiros envolvidos, está bem patente nos quadros que seguem:

<i>Actividades distributivas</i>	<i>N.º</i>	<i>Custo directo</i>
Subsídios	1 325	14 694 515
Bolsas de estudo	5 149	7 907 761
Prémios	7	355 000
Despesas associadas	–	2 708 217

<i>Iniciativas</i>	<i>Acontecimentos</i>	<i>Custo directo</i>
	<i>N.º</i>	<i>Euros</i>
Exposições	30	3 592 808
Concertos (n.º de sessões)	166	11 950 733
Cinema e outros espectáculos (n.º de sessões)	30	28 081
Publicações	129	2 566 104
Colóquios e conferências	352	973 617
Actividades educativas	2 532	1 336 411
Cursos de formação	108	512 494
Projectos	168	4 564 497
Aquisição de obras de arte	21	391 550
Outras iniciativas	–	1 239 162

<i>Actividades permanentes</i>	<i>Visitantes / Utentes</i>	<i>Custo directo</i>
	<i>N.º</i>	<i>Euros</i>
Museu Calouste Gulbenkian	162 779	2 590 774
Centro de Arte Moderna	76 427	1 861 708
Instituto Gulbenkian de Ciência	–	4 984 934
Biblioteca de Arte	4 157	2 232 069
Biblioteca do Centro Cultural de Paris	1 083	430 168

Beneficiários e acontecimentos

O impacto das actividades desenvolvidas pela Fundação poderá ser medido através dos indicadores físicos abaixo indicados:

<i>Público beneficiário</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>Variação</i>
	<i>N.º</i>	<i>N.º</i>	<i>%</i>
Beneficiários de subsídios	1 604	1 325	-17
Bolseiros	5 810	5 149	-11
Visitantes dos museus	236 358	239 206	-1
Visitantes das exposições temporárias	222 568	404 228	82
Presenças nos concertos	128 744	113 459	-12
Presenças nos espectáculos de cinema e outros	4 938	3 135	-37
Presenças nas actividades educativas	66 603	58 776	-12
Leitores / Utilizadores de bibliotecas e arquivos	5 115	5 240	2

Acontecimentos	2007	2008	Varição
	N.º	N.º	N.º
Exposições temporárias	21	30	9
Concertos (n.º de sessões)	173	166	-7
Cinema e outros espectáculos (n.º de sessões)	23	30	7
Publicações	119	129	10
› Edições			
› Exemplares	119 634	141 922	22 288
Colóquios e conferências	271	352	81
Actividades educativas	2 829	2 532	-297
Cursos de formação	85	108	23
Prémios	6	7	1
Projectos	183	168	-15
Aquisição de obras de arte	10	21	11

Custo das actividades

A evolução dos meios financeiros afectos ao desenvolvimento das várias actividades, nos dois últimos anos, é apresentada nos quadros que seguem:

Actividades distributivas	2008	2009	Varição
	Euros	Euros	%
Subsídios	14 732 073	14 694 515	0
Bolsas de estudo	8 052 440	7 907 761	-2
Prémios	350 000	355 000	1
Despesas associadas	2 742 620	2 708 217	-1

Iniciativas	2008	2009	Varição
	Euros	Euros	%
Exposições	2 548 306	3 592 808	41
Concertos	12 401 035	11 950 733	-4
Cinema e outros espectáculos	23 408	28 081	20
Publicações	2 551 535	2 566 104	1
Colóquios e conferências	1 342 626	973 617	-27
Actividades educativas	1 155 279	1 336 411	16
Cursos de formação	814 490	512 494	-37
Projectos	4 444 093	4 564 497	3
Aquisição de obras de arte	366 481	391 550	7
Outras iniciativas	1 160 306	1 239 162	7

Actividades permanentes	2008	2009	Varição
	Euros	Euros	%
Museu Calouste Gulbenkian	2 617 121	2 590 774	-1
Centro de Arte Moderna	2 043 193	1 861 708	-9
Instituto Gulbenkian de Ciência	5 451 880	4 984 934	-9
Biblioteca de Arte	2 229 977	2 232 069	0
Biblioteca do Centro Cultural de Paris	429 740	430 168	0

Análise às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercício de 2009

No exercício de 2009, o património líquido representado pelo fundo de capital atingiu 2 429,4 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 32,9 milhões de euros (1,4 por cento) em relação ao ano anterior.

O Balanço apresenta em 31 de Dezembro de 2009, um total do activo de 2 800,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 63,2 milhões de euros (2,3 por cento) em relação ao final de 2008. Para este valor contribuíram os seguintes factores:

- ▶ A carteira de investimentos financeiros – Activos financeiros correntes e parte dos não correntes deduzidos dos Passivos financeiros correntes, mais Outras aplicações de tesouraria – no montante de 1 778,4 milhões de euros, que representou um acréscimo de cerca de 0,8 milhões de euros relativamente a 2008.
- ▶ Os investimentos nos interesses no sector da energia – incluídos em Activos financeiros não correntes, Activos fixos tangíveis e intangíveis, Adiantamentos e Activos por impostos diferidos – no valor de 834,6 milhões de euros, representando um acréscimo de 144,3 milhões de euros (20,9 por cento) relativamente a 2008, apesar da apreciação do Euro face ao USD, moeda base destes activos na consolidação em euros.
- ▶ As disponibilidades – Caixa e equivalentes – que teve um decréscimo de 74,3 milhões de euros, passando de 129,9 milhões de euros em 2008 para 55,6 milhões de euros em 2009.

O passivo passou de 340,7 milhões de euros em 2008 para 371 milhões de euros em 2009, devido, principalmente, ao aumento dos credores no passivo de curto prazo, em 28,2 milhões de euros e no passivo de longo prazo em cerca de 11,7 milhões de euros.

Relativamente à Demonstração das operações, o retorno total – retorno das actividades petrolíferas e retorno financeiro – passou de -329,2 milhões de euros em 2008 para 140,3 milhões de euros em 2009. O retorno das actividades petrolíferas teve um decréscimo de 39,9 milhões de euros, passando de 95,9 milhões de euros em 2008 para 56 milhões de euros em 2009, situação que foi compensada pelo acréscimo muito significativo do valor do retorno financeiro, que passou de -425,2 milhões de euros em 2008 para 84,3 milhões de euros em 2009.

O valor dos outros proveitos situou-se em 13,6 milhões de euros, menos 7,9 milhões de euros em relação ao ano anterior, em que se verificaram proveitos extraordinários da venda de um imóvel.

Os recursos afectos à distribuição e actividades directas foram de 74,1 milhões de euros, menos 1,4 milhões de euros do que em 2008 e os custos administrativos e operacionais não sofreram alteração assinalável, 32,6 milhões de euros em 2009 que comparam com 32,8 milhões de euros em 2008.

30 de Abril de 2010

Demonstrações Financeiras

Demonstração consolidada do rendimento integral
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(10 ³ Euros)	
	Notas	2009	2008
Vendas de petróleo e gás		619 541	1 022 254
Custo das vendas		(584 386)	(961 333)
Outros rendimentos do petróleo e gás	3	20 836	34 997
Retorno das actividades petrolíferas		55 991	95 918
Resultados de activos e passivos financeiros correntes		63 722	(411 815)
Resultados de activos financeiros não correntes		571	1 555
Resultados de adiantamentos		2 024	2 224
Outros resultados financeiros		18 001	(17 115)
Retorno financeiro	4	84 318	(425 151)
Outros proveitos	5	13 588	21 523
Distribuição e actividades directas	6	(74 163)	(75 551)
Outros custos administrativos e operacionais	7	(32 565)	(32 836)
Benefícios a empregados	9	(20 194)	(3 149)
Provisões	10	(366)	(346)
Imparidade	11	(17 246)	(6 702)
Amortizações e depreciações	12	(13 025)	(8 219)
Imposto sobre o rendimento		(375)	
Transferência para o fundo de capital		(4 037)	(434 513)
Outro rendimento integral do exercício			
Diferenças de câmbio resultantes da consolidação		(18 558)	24 971
Doações		694	36
Activos financeiros não correntes			
Ganhos e perdas no exercício		54 910	31 318
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados		(76)	(605)
		54 834	30 713
Total do rendimento integral do exercício		32 933	(378 793)

 Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(10³ Euros)

	Notas	2009	2008
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos intangíveis	13	134 837	85 989
Activos fixos tangíveis	14	104 451	84 974
Activos financeiros não correntes	15	611 156	547 310
Adiantamentos	15	87 520	69 350
Activos por impostos diferidos	16	1 531	–
		939 495	787 623
Activo corrente			
Activos financeiros correntes	18	1 213 548	1 499 604
Outras aplicações de tesouraria	19	493 845	225 883
Inventários	20	3 033	15 157
Activos por impostos correntes		352	–
Devedores	21	94 583	78 968
Caixa e equivalentes de caixa	22	55 560	129 942
		1 860 921	1 949 554
Total do activo		2 800 416	2 737 177
FUNDO DE CAPITAL			
Capital recebido do Fundador	23	11 747	11 747
Reservas	24	2 421 658	2 819 201
Transferência para o fundo de capital		(4 037)	(434 513)
Total do fundo de capital		2 429 368	2 396 435
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	25	210 083	208 423
Passivos por impostos diferidos	16	1 752	–
Credores e outros passivos	26	29 250	1 006
		241 085	209 429
Passivo corrente			
Provisões	25	354	–
Passivos financeiros correntes	18	11 071	25 121
Subsídios e bolsas	27	8 487	7 814
Credores e outros passivos	28	110 051	98 378
		129 963	131 313
Total do passivo		371 048	340 742
Total do fundo de capital e passivo		2 800 416	2 737 177

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(10 ³ Euros)	
	Notas	2009	2008
Actividades operacionais			
Recebimentos de actividades petrolíferas e de gás		32 325	93 403
Realizações/investimentos em activos financeiros correntes		335 728	183 809
Distribuição e actividades directas		(71 017)	(71 875)
Pagamentos de pensões		(18 468)	(16 780)
Impostos sobre o rendimento		(492)	–
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		1 048	(26 783)
Fluxo gerado pelas actividades operacionais		279 124	161 774
Actividades de investimento			
Activos financeiros não correntes		(26 571)	(43 592)
Dividendos		16 501	30 477
Aquisições de imobilizado		(94 106)	(41 978)
Outros recebimentos/(pagamentos)		41 943	23 367
Fluxo gerado pelas actividades de investimento		(62 233)	(31 726)
Variação líquida em caixa e equivalentes		216 891	130 048
Efeitos das diferenças de câmbio		(23 311)	–
Caixa e equivalentes no início do exercício		355 825	225 777
Caixa e equivalentes no fim do exercício		549 405	355 825
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	22	62	75
Depósitos	22	55 498	129 867
Outras aplicações de tesouraria	19	493 845	225 883
		549 405	355 825

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração de alterações no Fundo de Capital consolidado para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(10³ Euros)

	Total do Fundo de Capital	Capital recebido do Fundador	Diferenças cambiais	Reserva de justo valor	Outras reservas
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	2 775 228	11 747	(55 828)	377 378	2 441 931
Transferência para o fundo de capital	(434 513)	-	-	-	(434 513)
Diferença cambial	24 971	-	24 971	-	-
Alteração do justo valor	30 713	-	-	30 713	-
Doações	36	-	-	-	36
Total de ganhos e perdas reconhecido no exercício	(378 793)	-	24 971	30 713	(434 477)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	2 396 435	11 747	(30 857)	408 091	2 007 454
Transferência para o fundo de capital	(4 037)	-	-	-	(4 037)
Diferença cambial	(18 558)	-	(18 558)	-	-
Alteração do justo valor	54 834	-	-	54 834	-
Doações	694	-	-	-	694
Total de ganhos e perdas reconhecido no exercício	32 933	-	(18 558)	54 834	(3 343)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	2 429 368	11 747	(49 415)	462 925	2 004 111

➤ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração individual do rendimento integral
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(10 ³ Euros)	
	Notas	2009	2008
Resultados de activos e passivos financeiros correntes		63 722	(411 815)
Resultados de activos financeiros não correntes		14 378	31 488
Outros resultados financeiros		(326)	420
Retorno financeiro	4	77 774	(379 907)
Outros proveitos	5	13 588	21 523
Distribuição e actividades directas	6	(74 163)	(75 551)
Outros custos administrativos e operacionais	7	(18 878)	(20 232)
Benefícios a empregados	9	(19 838)	(2 842)
Amortizações e depreciações	12	(1 867)	(2 381)
Transferência para o fundo de capital		(23 384)	(459 390)
Outro rendimento integral do exercício			
Doações		694	36
Activos financeiros não correntes			
Ganhos e perdas no exercício		55 623	80 561
Total do rendimento integral do exercício		32 933	(378 793)

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(10³ Euros)

	Notas	2009	2008
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	14	21 160	20 167
Activos financeiros não correntes	15	82 032	77 231
Investimentos em empresas subsidiárias	17	820 025	766 925
		923 217	864 323
Activo corrente			
Activos financeiros correntes	18	1 213 548	1 499 604
Outras aplicações de tesouraria	19	493 845	225 883
Devedores	21	37 241	55 594
Caixa e equivalentes de caixa	22	957	2 209
		1 745 591	1 783 290
Total do activo		2 668 808	2 647 613
FUNDO DE CAPITAL			
Capital recebido do Fundador	23	11 747	11 747
Reservas	24	2 441 005	2 844 078
Transferência para o fundo de capital		(23 384)	(459 390)
Total do fundo de capital		2 429 368	2 396 435
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	25	204 598	203 946
Credores e outros passivos		537	-
		205 135	203 946
Passivo corrente			
Passivos financeiros correntes	18	11 071	25 121
Subsídios e bolsas	27	8 487	7 814
Credores e outros passivos	28	14 747	14 297
		34 305	47 232
Total do passivo		239 440	251 178
Total do fundo de capital e passivo		2 668 808	2 647 613

➤ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(10 ³ Euros)	
	Notas	2009	2008
Actividades operacionais			
Realizações/investimentos em activos financeiros correntes		332 322	168 314
Distribuição e actividades directas		(71 017)	(71 875)
Pagamentos de pensões		(17 265)	(16 553)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(10 904)	(3 778)
Fluxo gerado pelas actividades operacionais		233 136	76 108
Actividades de investimento			
Activos financeiros não correntes		(2 278)	(6 169)
Dividendos		22 559	51 968
Aquisições de imobilizado		(5 351)	(8 983)
Outros recebimentos		18 644	(7 239)
Fluxo gerado pelas actividades de investimento		33 574	29 577
Varição líquida em caixa e equivalentes		266 710	105 685
Caixa e equivalentes no início do exercício		228 092	122 407
Caixa e equivalentes no fim do exercício		494 802	228 092
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	22	62	75
Depósitos	22	895	2 134
Outras aplicações de tesouraria	19	493 845	225 883
		494 802	228 092

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração de alterações no Fundo de Capital
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(10³ Euros)

	Total do Fundo de Capital	Capital recebido do Fundador	Reserva de justo valor	Outras reservas
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	2 775 228	11 747	695 094	2 068 387
Transferência para o Fundo de Capital	(459 390)	–	–	(459 390)
Alteração do justo valor	80 561	–	80 561	–
Doações	36	–	–	36
Total de ganhos e perdas reconhecido no exercício	(378 793)	–	80 561	(459 354)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	2 396 435	11 747	775 655	1 609 033
Transferência para o Fundo de Capital	(23 384)	–	–	(23 384)
Alteração do justo valor	55 623	–	55 623	–
Doações	694	–	–	694
Total de ganhos e perdas reconhecido no exercício	32 933	–	55 623	(22 690)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	2 429 368	11 747	831 278	1 586 343

❖ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Notas às Demonstrações Financeiras

Consolidadas e Individuais

31 de Dezembro de 2009 e 2008

Nota 1

Actividades

A Fundação Calouste Gulbenkian (Fundação) é uma instituição constituída sem fins lucrativos com sede em Lisboa, Portugal. A Fundação foi criada pelo testamento do seu fundador Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian, sendo-lhe atribuído o estatuto de utilidade pública pelo Decreto-Lei n.º 40690, de 18 de Julho de 1956. A acção da Fundação exerce-se através da concessão de subsídios e a realização de outras formas de actividade com os seguintes fins estatutários: Arte, Beneficência, Ciência e Educação.

As actividades das empresas subsidiárias (Grupo) estão relacionadas com as suas participações nos interesses petrolíferos e do gás no Médio Oriente, Norte de África, Brasil, Cazaquistão, Angola e Portugal.

Nota 2

Políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Fundação em 6 de Maio de 2010. Estas reflectem os resultados consolidados e individuais das operações da Fundação e das suas subsidiárias, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Fundação agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais referentes a 31 de Dezembro de 2009 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais anuais com referência a 31 de Dezembro de 2008.

Contudo, e tal como descrito na nota 33, a Fundação adoptou, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas pela Fundação em 2009 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Fundação ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 33.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão expressas em Euros, arredondadas ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos correntes e não correntes.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as IFRS requer que a Fundação efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras.

2.2 Princípios de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados da Fundação e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota 15, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da Fundação.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Fundação exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Fundação detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Fundação detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas

financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50 por cento. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento no qual a Fundação assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível à Fundação na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos da Fundação até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que a Fundação tem controlo definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas integram nas respectivas rubricas de activos, passivos, gastos e créditos as parcelas conjuntamente controladas, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das subsidiárias da Fundação são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da Fundação.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- › Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- › Os proveitos e custos são convertidos

com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;

► As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Contabilização em base individual das participações financeiras em subsidiárias

Em base individual, os investimentos em entidades subsidiárias que não estejam classificados como detidos para venda, ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda, são reconhecidos ao justo valor, com as variações registadas por contrapartida de reservas de justo valor, sendo sujeitos a testes de imparidade periódicos.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas da Fundação, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra Grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas

são eliminados na proporção da participação da Fundação nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

2.3 Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros correntes, as quais são registadas em reservas.

2.4 Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Custos de aquisição de direitos e de exploração petrolífera são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da concessão, o qual varia entre 17 e 33 anos.

Os custos incorridos com a aquisição de *software*, sobre os quais é expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos como activos intangíveis.

Os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custo quando incorridos.

2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Os subsídios governamentais destinados a financiar a remodelação de infra-estruturas e equipamentos, são creditados em resultados, em conformidade com as taxas de amortização do equipamento correspondente. As doações recebidas são registadas inicialmente ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Fundação, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. Para os imóveis e equipamento de transporte as depreciações são calculadas numa base linear. Para os restantes bens de imobilizado o custo incorrido é reconhecido no ano de aquisição. As depreciações são calculadas de acordo com os seguintes períodos que reflectem a vida útil esperada

	Número de anos
Edifícios	50
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento petrolífero	5 a 10
Outro equipamento	1 a 5

As obras efectuadas nos edifícios são depreciadas pelos períodos remanescentes de vida útil dos mesmos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado,

devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração das operações.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.6 Coleções de arte

A colecção de arte da Fundação foi doada pelo Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian e está incluída nas Demonstrações Financeiras por um valor simbólico.

As obras de arte adquiridas posteriormente e até ao exercício de 2005, foram totalmente amortizadas no ano de aquisição. A partir do exercício de 2006, são registadas pelo valor de aquisição e sujeitas a testes de imparidade numa base periódica, conforme definido na IAS 36.

2.7 Locações

A Fundação classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação operacional

Os pagamentos efectuados pela Fundação à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locação financeira – como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.8 Outros activos financeiros correntes e não correntes

A Fundação classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros correntes

Esta categoria inclui i) os activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Fundação designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros correntes quando:

- ▶ tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- ▶ são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- ▶ tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Fundação tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como activos financeiros correntes ou não correntes.

Activos financeiros não correntes

Os activos financeiros não correntes são activos financeiros não derivados que i) a Fundação tem intenção de manter por tempo indeterminado, ii) são designados como não correntes no momento do seu reconhecimento inicial, ou iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de i) activos financeiros correntes, ii) investimentos detidos até à maturidade, e iii) activos financeiros não correntes são reconhecidos na data de negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Fundação se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionados dos custos de transacção, excepto nos casos de investimentos correntes, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Fundação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) a Fundação não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios

associados à sua detenção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros correntes são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros não correntes são igualmente registados ao justo valor, sendo no entanto as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas no caso de acções, e outros títulos de capital, e em resultados no caso de instrumentos de dívida.

Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos nas demonstrações das operações.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Fundação estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências da IAS 39, a Fundação não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de investimentos correntes.

Imparidade

A Fundação avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista a evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- ▶ para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e
- ▶ para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro, estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base

nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros não correntes, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de reservas.

2.9 Passivos financeiros correntes

Um instrumento é classificado como passivo financeiro corrente quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

A Fundação designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros correntes como ao justo valor através de resultados quando:

- ▶ são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- ▶ tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a Fundação estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

2.10 Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou, na sua ausência, é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

2.12 Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como outras aplicações de tesouraria. A diferença entre o valor de

compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a alínea 2.8. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.13 Devedores

O valor de balanço de devedores é analisado anualmente de forma a determinar se existe algum indício de imparidade. Se tal indício existir, é estimado o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida por contrapartida de resultados sempre que o valor de balanço do activo excede o seu valor recuperável.

Uma perda por imparidade reconhecida de um activo em anos anteriores deve ser revertida se, e somente se, houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e depósitos à ordem.

2.15 Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Juros, dividendos e outros proveitos resultantes dos recursos da Fundação são reconhecidos

como proveitos, quando é provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Fundação e o proveito possa ser mensurado com confiança. Os juros são reconhecidos com base na periodificação, excepto se existirem dúvidas quanto ao seu recebimento. Os outros proveitos são reconhecidos com base na periodificação dos proveitos, com referência à substância do acordo relevante.

2.16 Reconhecimento de proveitos nas actividades petrolíferas

Os proveitos resultantes da venda de petróleo e gás são apenas reconhecidos quando os riscos e os benefícios do direito de propriedade se encontram transferidos para o comprador e quando não existe incerteza na determinação dos custos associados.

2.17 Custos capitalizados nas actividades petrolíferas

(i) Custos de exploração

Os custos incorridos anteriores à fase de exploração são reconhecidos em resultados quando incorridos. Os custos com a aquisição de propriedades ou concessões, poços de exploração petrolífera, custos de desenvolvimento, incluindo juros de financiamento, equipamento e instalações de suporte à actividade petrolífera são capitalizados em activos fixos tangíveis ou intangíveis, de acordo com a sua natureza. Os custos gerados internamente são reconhecidos como custo do exercício. Os custos com os poços de exploração sem resultados confirmados são reconhecidos em perdas.

A Fundação procede a teste de imparidade sempre que eventos ou acontecimentos indicam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

(ii) Activos para produção de petróleo e gás

Os custos incorridos com a perfuração de poços de desenvolvimento na construção de instalações produtoras são capitalizados, em conjunto com custos de financiamento incorridos durante a fase de construção, assim como o valor actual das responsabilidades futuras para a remoção dos activos.

A amortização dos activos é determinada pelo rácio de produção do exercício face ao montante de reservas prováveis (*unit-of-production method*).

2.18 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

O custo do crude é determinado utilizando como método de custeio das saídas de inventário o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas). Os inventários da Fundação consistem essencialmente em crude que se encontra em oleodutos, reservatórios ou armazenado por companhias de transporte, em que o direito de propriedade não foi totalmente transferido para o cliente.

Para o restante inventário é utilizado o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

2.19 Impostos

Por despacho do Ministro das Finanças, de 18 de Julho de 1989, foi reconhecida à Fundação Calouste Gulbenkian a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos das subsidiárias. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se espera que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A Fundação procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.20 Planos de pensões

Na Fundação existem diversos planos de pensões, incluindo nomeadamente planos de benefício definido e de contribuição definida.

A Fundação, sob a forma de plano de benefícios definidos, assumiu as responsabilidades de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no “Plano de Pensões do Pessoal” (1979) e no “Plano de Pensões da Fundação” (1997). Adicionalmente, atribuiu um plano de contribuição definida, o “Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida” (2005), financiado através de contribuições para o Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização e o Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança, tendo tido uma contribuição inicial extraordinária para o Fundo de Pensões Aberto BPI Acções. Os empregados da Delegação da Fundação no Reino Unido têm um Plano de Pensões próprio.

As pensões, relativas aos planos de 1979 e 1997, destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma

provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

As responsabilidades da Fundação com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas, por actuários independentes.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com a provisão apurada são registados na demonstração das operações.

A responsabilidade da Fundação relativa aos planos de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações sem risco com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente resultantes i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos na IAS 19.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que excedam 10 por cento das responsabilidades,

também reportados ao início do ano, sejam reconhecidos na conta de custos ou proveitos no exercício em que ocorrem. Os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que se situem dentro do referido limite, são reconhecidos no corredor do plano de pensões e não são amortizados.

Anualmente, a Fundação reconhece como custo, na demonstração das operações, um valor total líquido que inclui i) o custo do serviço corrente, ii) o custo dos juros e iii) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinados com base no referido método do corredor.

2.21 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22 Provisões

São reconhecidas provisões quando i) a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.23 Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Fundação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição mais alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação é apresentada nos pontos anteriores

da nota 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Fundação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Imparidade dos activos financeiros não correntes

A Fundação determina que existe imparidade nos seus activos financeiros não correntes quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Fundação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

A Fundação determina o justo valor através de avaliações efectuadas por especialistas independentes ou preços de mercado (*market to market*). As avaliações reflectem o valor actual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base metodologias de avaliação e informação de mercado.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência

é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Planos de pensões

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A Fundação encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos

sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Reservas de petróleo bruto

As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos activos da actividade de pesquisa e desenvolvimento de petróleo bruto. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos activos afectos à actividade de exploração e produção petrolífera de acordo com o método da *Unit of production* bem como para a avaliação da imparidade nos investimentos em activos associados a essa actividade.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às actividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos activos e reforçando a provisão para custos de abandono, respectivamente, em função da produção futura prevista.

Passivos ambientais

A Fundação efectua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais, que são baseados na informação actual relativa a custos e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações em legislação e regulamentos, alterações das condições de um determinado lugar.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 3

Outros rendimentos do petróleo e gás

A rubrica "Outros rendimentos do petróleo e gás" é assim detalhada:

	(10 ³ Euros)	
	Consolidado	
	2009	2008
Dividendos	16 501	30 477
Prestação de serviços	4 335	4 520
	20 836	34 997

Nota 4

Retorno financeiro

A política da Fundação visa obter uma taxa de retorno sobre a sua carteira de investimentos, líquida de comissões. Esta taxa é acordada anualmente com os gestores responsáveis pelo investimento dos fundos no âmbito de orientações previamente estabelecidas pela Fundação.

A desagregação do retorno financeiro atingido em 2009 e 2008 no consolidado é assim detalhado:

	(10 ³ Euros)					
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	2009			2008		
Activos e passivos financeiros correntes						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	48 300	(48 389)	(89)	169 641	(147 069)	22 572
De outros emissores	44 842	(29 231)	15 611	53 231	(69 447)	(16 216)
Acções						
Outros títulos de rendimento variável	163 208	(134 305)	28 903	119 656	(455 945)	(336 289)
Fundos de investimento						
Liquidez	1 827	(110)	1 717	2 869	(46)	2 823
Acções	29 596	(18 004)	11 592	9 309	(56 332)	(47 023)
Obrigações	8 350	(6 769)	1 581	19 740	(33 492)	(13 752)
Outros	13 744	(10 474)	3 270	3 763	(19 742)	(15 979)
Derivados						
Forwards	107 579	(115 284)	(7 705)	192 524	(217 526)	(25 002)
Futuros	36 960	(28 415)	8 545	29 885	(13 297)	16 588
Opções	1 801	(1 664)	137	3 058	(410)	2 648
Warrants	1 590	(1 430)	160	555	(2 740)	(2 185)
	457 797	(394 075)	63 722	604 231	(1 016 046)	(411 815)
Activos financeiros não correntes						
Fundos de investimento	571	–	571	1 555	–	1 555
	571	–	571	1 555	–	1 555
Adiantamentos						
Interesses petrolíferos e do gás	1 591	–	1 591	1 978	–	1 978
Outras empresas	433	–	433	246	–	246
	2 024	–	2 024	2 224	–	2 224
Outras aplicações de tesouraria						
	14 513	(9 144)	5 369	11 239	(2 037)	9 202
Comissões						
	–	(5 557)	(5 557)	–	(6 184)	(6 184)
Diferenças cambiais						
	19 636	(1 447)	18 189	3 677	(23 810)	(20 133)
	34 149	(16 148)	18 001	14 916	(32 031)	(17 115)
	494 541	(410 223)	84 318	622 926	(1 048 077)	(425 151)

A desagregação do retorno financeiro atingido em 2009 e 2008 na Fundação é assim detalhado:

(10³ Euros)

	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	2009			2008		
Activos e passivos financeiros correntes						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	48 300	(48 389)	(89)	169 641	(147 069)	22 572
De outros emissores	44 842	(29 231)	15 611	53 231	(69 447)	(16 216)
Acções						
Outros títulos de rendimento variável	163 208	(134 305)	28 903	119 656	(455 945)	(336 289)
Fundos de investimento						
Liquidez	1 827	(110)	1 717	2 869	(46)	2 823
Acções	29 596	(18 004)	11 592	9 309	(56 332)	(47 023)
Obrigações	8 350	(6 769)	1 581	19 740	(33 492)	(13 752)
Outros	13 744	(10 474)	3 270	3 763	(19 742)	(15 979)
Derivados						
Forwards	107 579	(115 284)	(7 705)	192 524	(217 526)	(25 002)
Futuros	36 960	(28 415)	8 545	29 885	(13 297)	16 588
Opções	1 801	(1 664)	137	3 058	(410)	2 648
Warrants	1 590	(1 430)	160	555	(2 740)	(2 185)
	457 797	(394 075)	63 722	604 231	(1 016,046)	(411 815)
Activos financeiros não correntes						
Empresas subsidiárias	13 883	–	13 883	30 538	–	30 538
Fundos de investimento	495	–	495	950	–	950
	14 378	–	14 378	31 488	–	31 488
Outras aplicações de tesouraria	13 919	(9 144)	4 775	6 166	(1 181)	4 985
Comissões	–	(5 557)	(5 557)	–	(6 184)	(6 184)
Diferenças cambiais	1 903	(1 447)	456	3 677	(2 058)	1 619
	15 822	(16 148)	(326)	9 843	(9 423)	420
	487 997	(410 223)	77 774	645 562	(1 025,469)	(379 907)

Nota 5

Outros proveitos

A rubrica "Outros proveitos" é assim detalhada:

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2009	2008	2009	2008
Venda de edições	1 204	1 053	1 204	1 053
Venda de bilhetes	2 271	2 137	2 271	2 137
Comparticipação de outras entidades	7 190	7 477	7 190	7 477
Outros	2 923	10 856	2 923	10 856
	13 588	21 523	13 588	21 523

A rubrica Participação de outras entidades refere-se a participações para a realização de projectos de investigação científica e na área das actividades artísticas.

A rubrica Outros, a 31 de Dezembro de 2008, inclui o montante de € 5 091 000 referentes a ganhos com a alienação de imobilizado corpóreo.

Nota 6

Distribuição e actividades directas

A repartição dos custos pelos fins estatutários da Fundação é apresentada como segue:

(10³ Euros)

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2009	2008	2009	2008
Beneficência	10 507	8 735	10 507	8 735
Arte	29 155	31 206	29 155	31 206
Educação	19 968	21 217	19 968	21 217
Ciência	14 533	14 393	14 533	14 393
	74 163	75 551	74 163	75 551

A rubrica "Distribuição e actividades directas" inclui os montantes de € 2 473 000 (2008: € 2 851 000) e € 21 005 000 (2008: € 20 763 000) relativos a custos com amortizações e depreciações, e custos com o pessoal, respectivamente.

Nota 7

Outros custos administrativos e operacionais

A rubrica "Outros custos administrativos e operacionais" é assim detalhada:

(10³ Euros)

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2009	2008	2009	2008
Custos com o pessoal	21 048	19 888	10 757	10 597
Trabalhos especializados	4 459	4 921	3 601	4 288
Conservação e reparação	544	1 043	544	1 043
Outros fornecimentos e serviços	4 856	5 229	3 718	4 019
Outros custos operacionais	1 658	1 755	258	285
	32 565	32 836	18 878	20 232

A rubrica de Trabalhos especializados inclui a 31 de Dezembro de 2009, o montante de € 553 000 (2008: € 704 000), referente a auditoria e consultoria.

A rubrica de Trabalhos especializados inclui ainda a 31 de Dezembro de 2009, o montante de € 884 000 (2008: € 862 000), referente a manutenção e conservação de equipamentos.

A rubrica de Trabalhos especializados inclui ainda a 31 de Dezembro de 2009, o montante de € 467 000 (2008: € 623 000), referente à custódia de investimentos.

Nota 8

Custos com o pessoal

A rubrica "Custos com o pessoal" é assim detalhada:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Remuneração do Conselho de Administração	1 326	1 477	1 148	1 144
Remuneração dos colaboradores	31 390	30 281	23 491	23 117
Encargos sobre remunerações	6 397	6 109	5 184	4 975
Outros custos com o pessoal	2 940	2 784	1 939	2 124
	42 053	40 651	31 762	31 360

O número de efectivos é analisado como segue:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Conselho de Administração	9	9	9	9
Pessoal				
Quadro	534	548	489	503
Contratados	50	39	22	12
	593	596	520	524

Os custos com o pessoal incluem o montante de € 21 005 000 (2008: € 20 763 000) que se encontram afectos à rubrica Distribuição e actividades directas, conforme mencionado na nota 6.

A rubrica Outros custos com o pessoal inclui o montante de € 124 000 (2008: € 172 000), relativo às contribuições para o plano de pensões de contribuição definida dos colaboradores da Fundação.

Nota 9

Benefícios a empregados

Os Benefícios a empregados no Consolidado, são assim detalhados:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Pensões	19,476	2,741	19,387	2,564
Outros benefícios	718	408	451	278
	20 194	3 149	19 838	2 842

A variação da rubrica Pensões reflecte, essencialmente, o registo de ganhos actuariais líquidos no exercício de 2008, nos montantes de € 10 511 000 e de € 10 316 000, no Consolidado e na Fundação, os quais se ficaram a dever, sobretudo, à alteração da taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades, conforme referido na nota 2.20.

Nota 10

Provisões

As Provisões no Consolidado, são assim detalhadas:

	(10 ³ Euros)	
	Consolidado	
	2009	2008
Provisões	366	346
	366	346

O movimento líquido de Provisões do exercício no Consolidado inclui o reforço de € 366 000 referente a valores a pagar aos operadores por concessões que terminaram ou vão terminar.

A 31 de Dezembro de 2008, o movimento líquido de Provisões do exercício no montante de € 346 000 reporta a contingências decorrentes de exigências das autoridades do Cazaquistão.

Nota 11

Imparidade

A Imparidade do exercício é assim detalhada:

(10 ³ Euros)		
	Consolidado	
	2009	2008
Imparidade sobre Activos intangíveis	(17 246)	(3 306)
Imparidade sobre Activos financeiros não correntes	–	(3 396)
	(17 246)	(6 702)

A rubrica "Imparidade sobre Activos intangíveis", no montante de € 17 246 000 (2008: € 3 306 000), decorre das concessões petrolíferas em Portugal e no Brasil, conforme a nota 13.

A 31 de Dezembro de 2008 a rubrica Imparidade sobre Activos financeiros não correntes no montante de € 3 396 000, decorre de investimentos efectuados no Médio Oriente.

Nota 12

Amortizações e depreciações

A rubrica "Amortizações e depreciações" é assim detalhada:

(10 ³ Euros)				
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Activos intangíveis				
Direitos de exploração	2 072	1 928	–	–
Direitos de concessão	3 497	–	–	–
Software	467	693	448	680
	6 036	2 621	448	680
Activos fixos tangíveis				
Imóveis	1 106	1 083	1 106	1 083
Equipamento	2 820	3 446	2 703	3 349
Produção petrolífera	5 149	3 594	–	–
Outros activos	387	326	83	120
	9 462	8 449	3 892	4 552
Amortizações e depreciações afectas à rubrica				
Distribuição e actividades directas	(2 473)	(2 851)	(2 473)	(2 851)
	13 025	8 219	1 867	2 381

As amortizações e depreciações incluem o montante de € 2 473 000 (2008: € 2 851 000) que se encontram afectas à rubrica Distribuição e actividades directas, conforme mencionado na nota 6.

Nota 13

Activos intangíveis

A rubrica "Activos intangíveis" é assim detalhada:

(10 ³ Euros)				
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Custo:				
Direitos de exploração	53 938	52 878	–	–
Exploração petrolífera	53 949	37 885	–	–
Direitos de concessão	54 231	–	–	–
Software	2 208	1 716	2 083	1 635
Outros activos intangíveis	338	343	338	338
	164 664	92 822	2 421	1 973
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Amortizações acumuladas	(12 581)	(6 833)	(2 421)	(1 973)
Perdas por imparidade	(17 246)	–	–	–
	(29 827)	(6 833)	(2 421)	(1 973)
	134 837	85 989	–	–

A rubrica Direitos de exploração refere-se à parcela dos custos com licenças de exploração e produção petrolífera existentes no Brasil, Angola, Omã e Cazaquistão controladas conjuntamente pelo Grupo, que são amortizados durante o período remanescente da licença.

A rubrica Exploração petrolífera refere-se à parcela dos investimentos efectuados em concessões petrolíferas no Brasil, Angola e Portugal, controlados conjuntamente. Relativamente às concessões petrolíferas no Brasil, em 2009 ocorreu a transferência do montante de € 5 881 000 para a rubrica Activos fixos tangíveis, de acordo com o referido na nota 14.

A rubrica Direitos de concessão refere-se aos valores acordados para o estabelecimento de acordos para a produção de gás natural em Abu Dhabi, conforme referido na nota 26.

As Perdas por imparidade, reconhecidas no exercício, no montante de € 17 246 000 (2008: € 3 306 000), conforme mencionado na nota 11, foram determinadas tendo por base o sucesso dos poços exploratórios e as condições do mercado em concessões petrolíferas em Portugal e no Brasil (2008: Brasil e Argélia),

conforme referido na nota 2.17. Durante o exercício de 2008, o Grupo procedeu ao abate de € 5 886 000 de investimentos petrolíferos que se encontravam com perda por imparidade. As adições de Software na Fundação ascendem ao montante de € 448 000 (2008: € 680 000) tendo sido totalmente amortizadas no exercício, conforme referido na nota 2.4.

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis durante os anos de 2009 e 2008, no Consolidado, são assim detalhados:

(10³ Euros)

	Direitos de exploração	Exploração petrolífera	Direitos de concessão	Software	Outros activos	Total
<i>Custo de aquisição:</i>						
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	52 104	37 009	-	955	338	90 406
Adições	-	12 571	-	712	-	13 283
Abates	-	(5 886)	-	-	-	(5 886)
Transferências	(58)	58	-	57	5	62
Variação cambial	832	(5 867)	-	(8)	-	(5 043)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	52 878	37 885	-	1 716	343	92 822
Adições	576	13 609	55 951	468	-	70 604
Abates	-	-	-	-	(5)	(5)
Transferências	-	(5 881)	-	28	-	(5 853)
Variação cambial	484	8 336	(1 720)	(4)	-	7 096
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	53 938	53 949	54 231	2 208	338	164 664
<i>Amortizações</i>						
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1 259	4 368	-	955	338	6 920
Amortizações do exercício	1 928	-	-	693	-	2 621
Abates	-	(5 886)	-	-	-	(5 886)
Transferências	1 788	(1 788)	-	27	5	32
Variação cambial	(154)	-	-	(6)	-	(160)
Imparidade do exercício	-	3 306	-	-	-	3 306
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	4 821	-	-	1 669	343	6 833
Amortizações do exercício	2 072	-	3 497	467	-	6 036
Abates	-	-	-	-	(5)	(5)
Transferências	-	-	-	13	-	13
Variação cambial	344	(531)	(108)	1	-	(296)
Imparidade do exercício	-	17 246	-	-	-	17 246
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	7 237	16 715	3 389	2 148	338	29 827
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2008	48 057	37 885	-	47	-	85 989
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2009	46 701	37 234	50 842	60	-	134 837

Nota 14

Activos fixos tangíveis

A rubrica "Activos fixos tangíveis" é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Custo:				
Imóveis	34 861	33 732	34 861	33 732
Equipamento	42 594	40 686	42 015	40 178
Obras de arte	4 520	3 435	4 520	3 435
Produção petrolífera	99 333	76 540	–	–
Outros activos	3 598	3 920	1 063	980
	184 906	158 313	82 459	78 325
Depreciações acumuladas:	(80 455)	(73 339)	(61 299)	(58 158)
	104 451	84 974	21 160	20 167

A rubrica Produção petrolífera inclui investimentos efectuados no projecto “Dunga Oil Field” onde se detém uma parcela de 20 por cento da parceria com a Maersk (operador) e a Oman Oil Company Ltd. no montante de € 65 989 000 (2008: € 59 573 000).

Esta rubrica inclui ainda investimentos efectuados no projecto “Mukhaizna Oil Field” onde se detem 1 por cento da parceria com outras entidades, sendo o operador a Occidental Petroleum Co., no montante de € 22 009 000 (2008: € 16 967 000).

Esta rubrica inclui também o montante de € 11 148 000 que corresponde aos investimentos efectuados nos campos “Colibri” e “Cardeal” no Brasil. Em 2009, estes investimentos passaram da fase de exploração para a fase de desenvolvimento, tendo sido transferido de Activos intangíveis para a rubrica Produção petrolífera o montante de € 5 881 000, conforme referido na nota 13.

Os movimentos da rubrica Activos fixos tangíveis durante os anos de 2009 e 2008, no Consolidado, são assim detalhados:

(10³ Euros)

	Imóveis	Equipamento	Obras de arte	Produção petrolífera	Outros activos	Total
<i>Custo de aquisição:</i>						
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	30 134	39 008	3 069	48 845	3 766	124 822
Adições	4 621	3 458	366	20 030	220	28 695
Abates/vendas	(1 023)	(1 817)	–	–	(23)	(2 863)
Transferências	–	25	–	3 477	(81)	3 421
Variação cambial	–	12	–	4 188	38	4 238
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	33 732	40 686	3 435	76 540	3 920	158 313
Adições	1 129	2 772	1 085	20 315	597	25 898
Abates/vendas	–	(859)	–	–	(927)	(1 786)
Transferências	–	–	–	5 881	(28)	5 853
Variação cambial	–	(5)	–	(3 403)	36	(3 372)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	34 861	42 594	4 520	99 333	3 598	184 906
<i>Depreciações</i>						
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	15 436	38 178	1 514	4 472	3 266	62 866
Depreciações do exercício	1 083	3 446	–	3 594	326	8 449
Abates/vendas	(330)	(1 805)	–	–	(23)	(2 158)
Transferências	–	32	–	3 489	(70)	3 451
Variação cambial	–	13	–	669	49	731
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	16 189	39 864	1 514	12 224	3 548	73 339
Depreciações do exercício	1 106	2 820	–	5 149	387	9 462
Abates/vendas	–	(859)	–	–	(927)	(1 786)
Transferências	–	–	–	–	(13)	(13)
Variação cambial	–	(2)	–	(572)	27	(547)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	17 295	41 823	1 514	16 801	3 022	80 455
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2008	17 543	822	1 921	64 316	372	84 974
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2009	17 566	771	3 006	82 532	576	104 451

A 31 de Dezembro de 2009 o Grupo reconheceu uma obrigação futura com o abandono de poços e problemas ambientais no fim das concessões, no montante de € 1 650 000. Esta obrigação está contabilizada pelo seu justo valor, como custo dos activos relacionados (produção petrolífera) em contrapartida de provisão, conforme referido na nota 25.

Os movimentos da rubrica Activos fixos tangíveis durante os anos de 2009 e 2008, para a Fundação, são assim detalhados:

(10³ Euros)

	Imóveis	Equipamento	Obras de arte	Outros activos	Total
<i>Custo de aquisição:</i>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	30 134	38 546	3 069	860	72 609
Adições	4 621	3 403	366	120	8 510
Abates/vendas	(1 023)	(1 771)	–	–	(2 794)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	33 732	40 178	3 435	980	78 325
Adições	1 129	2 588	1 085	83	4 885
Abates/vendas	–	(751)	–	–	(751)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	34 861	42 015	4 520	1 063	82 459
<i>Depreciações</i>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	15 436	37 897	1 514	860	55 707
Depreciações do exercício	1 083	3 349	–	120	4 552
Abates/vendas	(330)	(1 771)	–	–	(2 101)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	16 189	39 475	1 514	980	58 158
Depreciações do exercício	1 106	2 703	–	83	3 892
Abates/vendas	–	(751)	–	–	(751)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	17 295	41 427	1 514	1 063	61 299
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2008	17 543	703	1 921	–	20 167
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2009	17 566	588	3 006	–	21 160

A Fundação financia a aquisição de equipamento de transporte através de contratos de locação financeira.

À data de 31 de Dezembro de 2009, o valor bruto dos activos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a € 2 099 000 (2008: € 1 990 000), a amortização acumulada a € 1 510 000 (2008: € 1 287 000) e as respectivas rendas vincendas ascendem a € 984 000 (2008: € 1 207 000), como segue:

	Total	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Total	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
	2009			2008		
Capital em dívida	929	392	537	1 104	379	725
Juros em dívida	55	31	24	103	48	55
Rendas vincendas	984	423	561	1 207	427	780

Nota 15

Activos financeiros não correntes e adiantamentos

A rubrica "Activos financeiros não correntes e Adiantamentos" é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Acções				
Interesses petrolíferos e do gás	440 927	397 428	-	-
Outras empresas	36 969	25 724	-	-
Fundos de investimento	133 260	124 158	82 032	77 231
	611 156	547 310	82 032	77 231
Adiantamentos				
Interesses petrolíferos e do gás	75 115	58 984	-	-
Outras empresas	12 405	10 366	-	-
	87 520	69 350	-	-
	698 676	616 660	82 032	77 231

A diferença entre o valor de aquisição e o justo valor encontra-se registada na Reserva de justo valor do Fundo de Capital, conforme referido na nota 24.

As acções em investimentos em interesses petrolíferos e do gás encontram-se registadas pelo justo valor, conforme descrito na nota 2.8.

As avaliações, são efectuadas por entidades independentes e reflectem o valor actual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base pressupostos de mercado.

Os adiantamentos em interesses petrolíferos e do gás destinam-se a financiar activos de longo prazo, os quais são reembolsados no final dos acordos de adiantamentos, não sendo remunerados durante este período. Estes adiantamentos encontram-se registados ao valor presente descontado, conforme referido na nota 2.8.

A rubrica Activos financeiros não correntes em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, no Consolidado é analisada como segue:

(10³ Euros)

	Custo	Reserva de justo valor	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
				2009
Acções				
ADPC/ADCO	10 003	44 141	-	54 144
PDO/POHOL	1 607	224 895	-	226 502
OLNG	2 184	154 209	-	156 393
Outros interesses	3 084	1 527	(723)	3 888
	16 878	424 772	(723)	440 927
Outras empresas	22 935	14 034	-	36 969
Fundos de investimento				
Fundo NovEnergia II	38 443	11 200	-	49 643
Office Park Expo	45 000	9 484	-	54 484
Logística & Distribuição	8 214	1 641	-	9 855
Outros fundos	17 484	1 794	-	19 278
	109 141	24 119	-	133 260
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	148 954	462 925	(723)	611 156

(10³ Euros)

	Custo	Reserva de justo valor	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
				2008
Acções				
ADPC/ADCO	10 355	41 884	-	52 239
PDO/POHOL	1 664	196 295	-	197 959
OLNG	2 261	142 526	-	144 787
Outros interesses	7 178	-	(4 735)	2 443
	21 458	380 705	(4 735)	397 428
Outras empresas	14 283	11 441	-	25 724
Fundos de investimento				
Fundo NovEnergia II	39 793	5 480	-	45 273
Office Park Expo	45 000	7 393	-	52 393
Logística & Distribuição	8 214	1 574	-	9 788
Outros fundos	15 206	1 498	-	16 704
	108 213	15 945	-	124 158
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	143 954	408 091	(4 735)	547 310

A rubrica Adiantamentos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, no Consolidado é analisada como segue:

(10 ³ Euros)		
<i>Consolidado</i>		
	2009	2008
Adiantamentos		
Interesses petrolíferos e do gás	75 115	58 984
Outras empresas	12 405	10 366
	87 520	69 350

Os pressupostos para o cálculo do valor presente descontado dos adiantamentos dos interesses petrolíferos e do gás são apresentados nos intervalos abaixo:

2009	2008	Maturidade
1,7% – 4,7%	2,8% – 4,7%	4–15 anos

Os movimentos ocorridos nas Perdas por imparidade nos Activos financeiros não correntes são apresentados como segue:

(10 ³ Euros)		
<i>Consolidado</i>		
	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	4 735	1 217
Dotações	–	3 396
Utilizações	(3 972)	(138)
Variação cambial	(40)	260
Saldo em 31 de Dezembro	723	4 735

A rubrica Activos financeiros não correntes em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, na Fundação, é analisada como segue:

(10 ³ Euros)			
	Custo	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
2009			
Fundos de investimento			
Office Park Expo	45 000	9 484	54 484
Logística & Distribuição	8 214	1 641	9 855
Outros fundos	17 484	209	17 693
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	70 698	11 334	82 032

(10 ³ Euros)			
	Custo	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
2008			
Fundos de investimento			
Office Park Expo	45 000	7 393	52 393
Logística & Distribuição	8 214	1 574	9 788
Outros fundos	15 206	(156)	15 050
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	68 420	8 811	77 231

O Grupo possui um investimento no fundo fechado NovEnergia II, no montante de € 38 443 000 (2008: € 39 793 000), sendo o justo valor do fundo no montante de € 49 643 000 (2008: € 45 273 000). Este fundo tem como objectivo o investimento em projectos que utilizam energias renováveis como fonte energética e em empresas relacionadas com o seu desenvolvimento.

A Fundação detém um investimento no montante de € 45.000.000 no fundo Office Park Expo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. O Fundo destina-se à aquisição de terrenos, construção e arrendamento ou venda de prédios no Parque das Nações em Lisboa.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, no Consolidado, é desagregada da seguinte forma:

(10³ Euros)

	Cotados	Não cotados	Total
			2009
Acções			
Interesses petrolíferos e do gás	-	440 927	440 927
Outras empresas	-	36 969	36 969
Fundos de investimento	75 001	58 259	133 260
Adiantamentos			
Interesses petrolíferos e do gás	-	75 115	75 115
Outras empresas	-	12 405	12 405
	75 001	623 675	698 676

(10³ Euros)

	Cotados	Não cotados	Total
			2008
Acções			
Interesses petrolíferos e do gás	-	397 428	397 428
Outras empresas	-	25 724	25 724
Fundos de investimento	72 454	51 704	124 158
Adiantamentos			
Interesses petrolíferos e do gás	-	58 984	58 984
Outras empresas	-	10 366	10 366
	72 454	544 206	616 660

Na Fundação os Fundos de investimento não cotados ascendem a € 7 031 000 (2008: € 4 777 000) e os cotados a € 75 001 000 (2008: € 72 454 000).

Os Activos e Passivos financeiros não correntes da Fundação são valorizados de acordo com a hierarquia descrita na nota 18.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os Activos financeiros não correntes têm o seguinte escalonamento:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
De 3 meses a 1 ano	-	1 410	-	-
De 1 ano a 5 anos	81 303	6 172	70 486	-
Mais de 5 anos	140 502	245 747	11 546	77 231
Duração indeterminada	476 871	363 331	-	-
	698 676	616 660	82 032	77 231

Nota 16

Activos e passivos por impostos diferidos

Conforme descrito na nota 2.19, a Fundação Calouste Gulbenkian está isenta de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Desta forma, os impostos apresentados são relativos às empresas subsidiárias.

As subsidiárias da Fundação com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2009 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5 por cento, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais).

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 2009 no Consolidado, é analisado como segue:

(10³ Euros)

	Consolidado
	2009
Imposto corrente	140
Imposto diferido	
Prejuízos fiscais reportáveis	(9 315)
Diferenças cambiais originadas por empréstimos	6 208
Provisões não aceites fiscalmente	(88)
Activos fixos tangíveis e intangíveis	3 430
	235
	375

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço em 31 de Dezembro de 2009 podem ser analisados como segue:

	(10 ³ Euros)		
	Activos	Passivos	Líquido
	2009	2009	2009
Prejuízos fiscais reportáveis	9 068	–	9 068
Diferenças cambiais originadas por empréstimos	–	(6 049)	(6 049)
Provisões não aceites fiscalmente	85	–	85
Activos fixos tangíveis e intangíveis	–	(3 325)	(3 325)
	9 153	(9 374)	(221)
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(7 622)	7 622	–
	1 531	(1 752)	(221)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos no balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(10 ³ Euros)
	2009
Saldo inicial	–
Reconhecido em resultados	235
Variação cambial	(14)
Saldo final	221

A Fundação não reconhece imposto diferido activo em relação a prejuízos fiscais reportáveis incorridos por certas subsidiárias por não ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados num futuro próximo.

Um detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais não foi reconhecido imposto diferido activo apresenta-se como segue:

	(10 ³ Euros)	
Ano limite para dedução	Prejuízos fiscais reportáveis à data de	
	2009	2008
2012	3	3
2013	143	150
2014	1 026	–
	1 172	153

Nota 17

Investimentos em empresas subsidiárias

A rubrica "Investimentos em empresas subsidiárias" é assim detalhada:

	(10 ³ Euros)	
	Fundação	
	2009	2008
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	819 999	766 901
Economic and General Secretariat Limited	26	24
	820 025	766 925

O valor destes investimentos foi objecto de actualização com referência a 31 de Dezembro de 2009, ascendendo a Reserva de justo valor a € 819 944 000 (2008: € 766 844 000).

A diferença entre o valor de aquisição e o justo valor, encontra-se registado na Reserva de justo valor do Fundo de Capital, conforme referido na nota 24.

Em 31 de Dezembro de 2009, as Empresas subsidiárias incluídas na consolidação pelo método integral da Fundação foram as seguintes:

(10³ Euros)

Subsidiárias	Sede	Capital	Moeda	Activos	Passivos	Capital Próprio	Proveitos	Resultados líquidos	%	Actividade económica
Participações directas:										
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	973 403	153 404	819 999	643 070	33 230	100	c)
Economic and General Secretariat Limited (*)	Inglaterra	4 000	GBP	26	-	26	-	-	100	b)
Participações indirectas: (através da Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation)										
Participations and Explorations Corporation	Panamá	2 800	USD	351 794	236 021	115 773	387 449	4 619	100	a)
Partex (Oman) Corporation	Panamá	2 500	USD	681 906	15 999	665 907	214 498	31 078	100	a)
Partex Gas Corporation	Panamá	2 000 000	USD	79 663	55 474	24 189	26 326	(2 556)	100	a)
Partex (Kazakhstan) Corporation	Ilhas Caimão	5 000	USD	76 025	85 735	(9 710)	10 319	411	100	a)
Partex Services Corporation	Panamá	2 300 000	USD	3 806	1 592	2 214	9 718	50	100	b)
PMO Services S.A.	Liechtenstein	500 000	CHF	1 501	45	1 456	1 561	41	100	b)
Partex Brasil Ltda.	Brasil	1 000 000	BRL	54 985	79 485	(24 500)	20 438	1 314	100	a)
Partex (Brazil) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	57 815	55 170	2 645	285	(305)	100	c)
Partex (Algeria) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	0	343	(343)	-	-	100	a)
Partex (Angola) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	31 811	33 610	(1 799)	6	(963)	100	a)
Partex Services Brasil Petrolíferos Ltda.	Brasil	1 000 000	BRL	1 112	316	796	1 749	214	100	b)
Partex (Iberia) S.A.	Portugal	50 000	EUR	5 426	6 530	(1 104)	172	(1 011)	100	a)
(através da Partex Services Corporation)										
Partex Services Portugal – Serviços para a Indústria Petrolífera S.A	Portugal	50 000	EUR	1 341	976	365	5 928	113	100	b)

a) Companhias participantes em concessões petrolíferas ou operações contratuais.

b) Prestadora de serviços a empresas do grupo.

c) Gestora de participações.

(*) Esta empresa participada encontra-se sem actividade.

Nota 18

Activos e passivos financeiros correntes

A rubrica "Activos e passivos financeiros correntes" é assim detalhada:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	309 971	517 132	309 971	517 132
De outros emissores	281 597	299 736	281 597	299 736
Acções				
Outros títulos de rendimento variável	320 968	353 872	320 968	353 872
Fundos de investimento				
Liquidez	83 281	68 270	83 281	68 270
Acções	178 486	71 990	178 486	71 990
Obrigações	-	64 900	-	64 900
Outros	26 375	66 727	26 375	66 727
Derivados				
Instrumentos financeiros com justo valor positivo				
Forwards	12 342	51 041	12 342	51 041
Futuros	528	463	528	463
Opções	-	2 084	-	2 084
Warrants	-	3 389	-	3 389
	1 213 548	1 499 604	1 213 548	1 499 604
Derivados				
Instrumentos financeiros com justo valor negativo				
Forwards	(11 070)	(23 212)	(11 070)	(23 212)
Futuros	(1)	(1 909)	(1)	(1 909)
	(11 071)	(25 121)	(11 071)	(25 121)
	1 202 477	1 474 483	1 202 477	1 474 483

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os Activos e passivos financeiros correntes tem o seguinte escalonamento:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Até 3 meses	57 527	115 235	57 527	115 235
De 3 meses a 1 ano	82 360	103 453	82 360	103 453
De 1 ano a 5 anos	341 203	385 520	341 203	385 520
Mais de 5 anos	112 234	253 427	112 234	253 427
Duração indeterminada	609 153	616 848	609 153	616 848
	1 202 477	1 474 483	1 202 477	1 474 483

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Activos e passivos financeiros correntes, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	(10 ³ Euros)		
	Cotados	Não cotados	Total
			2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	309 971	-	309 971
De outros emissores	278 263	3 334	281 597
Acções			
Outros títulos de rendimento variável	320 968	-	320 968
Fundos de investimento			
Liquidez	83 281	-	83 281
Acções	178 486	-	178 486
Outros	11 702	14 673	26 375
Derivados			
Forwards	-	1 272	1 272
Futuros	527	-	527
	1 183 198	19 279	1 202 477

	(10 ³ Euros)		
	Cotados	Não cotados	Total
			2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	517 132	-	517 132
De outros emissores	268 121	31 615	299 736
Acções			
Outros títulos de rendimento variável	353 872	-	353 872
Fundos de investimento			
Liquidez	68 270	-	68 270
Acções	71 990	-	71 990
Obrigações	64 900	-	64 900
Outros	45 354	21 373	66 727
Derivados			
Forwards	-	27 829	27 829
Futuros	(1 446)	-	(1 446)
Opções	2 084	-	2 084
Warrants	3 389	-	3 389
	1 393 666	80 817	1 474 483

Os Activos e Passivos financeiros da Fundação são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Títulos cotados – nesta categoria incluem-se títulos com cotações disponíveis em mercados oficiais e divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos.

Títulos não cotados – nesta categoria incluem-se títulos cuja cotação baseia-se na utilização de modelos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, são utilizados como *inputs* nos seus modelos variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Os activos e passivos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são analisados como segue:

	(10 ³ Euros)		
	Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo
2009			
Contratos sobre taxas de câmbio			
Forward compra	781 820	12 342	(11 070)
Forward venda	(781 820)		
	-	12 342	(11 070)
Contratos sobre acções/índices			
Futuros	4 047	528	(1)
	4 047	528	
	4 047	12 870	(11 071)

	(10 ³ Euros)		
	Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo
2008			
Contratos sobre taxas de câmbio			
Forward compra	1 174 191	51 041	(23 212)
Forward venda	(1 174 191)		
	-	51 041	(23 212)
Contratos sobre acções/índices			
Futuros	2 287	463	(1 909)
Opções	1 545	2 084	-
Warrants	6	3 389	-
	3 838	5 936	(1 909)
	3 838	56 977	(25 121)

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos e passivos financeiros derivados tem o seguinte escalonamento:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Até 3 meses	502	14 735	502	14 735
De 3 meses a 1 ano	1 297	16 501	1 297	16 501
De 1 ano a 5 anos	-	620	-	620
	1 799	31 856	1 799	31 856

Nota 19

Outras aplicações de tesouraria

A rubrica "Outras aplicações de tesouraria", no montante de € 493 845 000 (2008: € 225 883 000), refere-se a aplicações de tesouraria com um prazo inferior ou igual a 3 meses, que se encontram registadas ao custo amortizado.

Nota 20

Inventários

A rubrica "Inventários" é assim detalhada:

(10 ³ Euros)		
Consolidado		
	2009	2008
Petróleo bruto	125	12 509
Outros materiais	2 908	2 648
	3 033	15 157

Nota 21

Devedores

A rubrica "Devedores" é assim detalhada:

(10 ³ Euros)				
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Companhias subsidiárias	–	–	13 940	30 581
Devedores (interesses petrolíferos)	67 336	48 047	–	–
Proveitos a receber	719	295	719	295
Corredor do plano de pensões	19 902	21 550	20 136	21 544
Despesas com custo diferido	651	1 190	651	1 190
Devedores diversos	6 227	8 138	2 047	2 236
	94 835	79 220	37 493	55 846
Perdas por imparidade	(252)	(252)	(252)	(252)
	94 583	78 968	37 241	55 594

A rubrica Companhias subsidiárias é assim detalhada:

(10 ³ Euros)		
Fundação		
	2009	2008
Dividendos	13 883	30 538
Adiantamentos	57	43
	13 940	30 581

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Corredor do plano de pensões, no Consolidado e na Fundação, no montante de € 19 902 000 (2008: € 21 550 000) e de € 20 136 000

(2008: € 21 544 000), refere-se ao valor do corredor em conformidade com a nota 2.20.

A rubrica Devedores diversos inclui o montante de € 107 000 (2008: € 95 000) relativo a uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões Aberto BPI Acções, no âmbito do Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida (PCPCD).

Nota 22

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" é assim detalhada:

(10 ³ Euros)				
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Caixa	62	75	62	75
Depósitos	55 498	129 867	895	2 134
	55 560	129 942	957	2 209

A 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Depósitos no montante de € 55 498 000 (2008: € 129 867 000), inclui o montante de € 11 902 000 (2008: € 12 320 000) que se encontram afectos a garantias bancárias prestadas por instituições financeiras.

Nota 23

Capital recebido do fundador

A rubrica "Capital recebido do Fundador" no montante de € 11 746 690 refere-se ao montante recebido do seu Fundador, Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian.

Nota 24

Reservas

A Reserva de justo valor representa as mais e menos-valias relativas à carteira de Activos financeiros não correntes, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou exercícios anteriores.

Durante os anos de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nestas rubricas no Consolidado foram os seguintes:

(10 ³ Euros)				
	Reserva de justo valor	Outras reservas	Diferenças cambiais	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	377 378	2 374 314	(55 828)	2 695 864
Alterações de justo valor	30 713	-	-	30 713
Varição cambial	-	-	24 971	24 971
Doações	-	36	-	36
Constituição de reservas	-	67 617	-	67 617
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	408 091	2 441 967	(30 857)	2 819 201
Alterações de justo valor	54 834	-	-	54 834
Varição cambial	-	-	(18 558)	(18 558)
Doações	-	694	-	694
Constituição de reservas	-	(434 513)	-	(434 513)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	462 925	2 008 148	(49 415)	2 421 658

Durante os anos de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nestas rubricas na Fundação foram os seguintes:

(10 ³ Euros)				
	Reservas de justo valor			Total
	Empresas subsidiárias	Activos financeiros não correntes	Outras reservas	
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	692 725	2 369	2 039 969	2 735 063
Alterações de justo valor	74 119	6 442	-	80 561
Doações	-	-	36	36
Constituição de reservas	-	-	28 418	28 418
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	766 844	8 811	2 068 423	2 844 078
Alterações de justo valor	53 100	2 523	-	55 623
Doações	-	-	694	694
Constituição de reservas	-	-	(459 390)	(459 390)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	819 944	11 334	1 609 727	2 441 005

A reserva de justo valor em 2009 e 2008, no Consolidado e na Fundação explica-se da seguinte forma:

	(10 ³ Euros)		(10 ³ Euros)	
	Consolidado	Fundação	Consolidado	Fundação
	2009	2008	2009	2008
Empresas subsidiárias	-	-	819 944	766 844
Activos financeiros não correntes	462 925	408 091	11 334	8 811
	462 925	408 091	831 278	775 655

A variação da reserva de justo valor em 2009 e 2008, no Consolidado e na Fundação explica-se da seguinte forma:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	408 091	377 378	775 655	695 094
Alteração do justo valor	54 910	31 318	55 623	80 561
Alienações do exercício	(76)	(605)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	462 925	408 091	831 278	775 655

Na Reserva de justo valor registam-se as variações acumuladas no justo valor existentes à data de balanço referentes aos Activos financeiros não correntes e aos Investimentos em empresas subsidiárias.

Na rubrica Variação cambial de consolidação, está relevado o montante da variação em moeda nacional do capital das empresas consolidadas expressos em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

A rubrica Outras reservas a 31 de Dezembro de 2009 inclui o montante de € 694 000 relativo a doações de obras de arte à Fundação.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

(10³ Euros)

Moeda	Taxas em 2009		Taxas em 2008	
	Câmbio final	Câmbio médio	Câmbio final	Câmbio médio
Dolar – USD	1,4406	1,3963	1,3917	1,4726
Libra – GBP	0,8881	0,8900	0,9525	0,8026
Franco Suíço – CHF	1,4836	1,5076	1,4850	1,5786
Real Brasileiro – BRL	2,5113	2,7642	3,2436	2,6774

Nota 25 Provisões

A rubrica "Provisões" é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Provisão para planos de pensões	204 074	203 704	202 073	201 359
Provisão para outros benefícios aos empregados	4 005	4 353	2 525	2 587
Provisão para remoção e restauro	1 650	–	–	–
Outras provisões	708	366	–	–
	210 437	208 423	204 598	203 946
Não corrente	210 083	208 423	204 598	203 946
Corrente	354	–	–	–
	210 437	208 423	204 598	203 946

Provisão para planos de pensões

A Fundação assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no "Regulamento do Plano de Pensões do Pessoal" (1979) e no "Plano de Pensões" (1997).

Estas pensões destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

O número de participantes abrangidos por estes planos de pensões é o seguinte:

	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Activos	472	490	468	486
Pré-reformados	64	68	64	68
Reformados	931	939	926	934
	1 467	1 497	1 458	1 488

Os movimentos relativos a provisões para os planos de pensões são assim detalhados:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	203 704	218 031	201 359	215 437
Dotação do exercício	19 476	2 741	19 387	2 564
Utilizações de provisões	(17 455)	(16 780)	(17 265)	(16 553)
Diferenças cambiais	(3)	(16)	–	–
Transferências	(1 648)	(272)	(1 408)	(89)
Saldo em 31 de Dezembro	204 074	203 704	202 073	201 359

A rubrica Transferências refere-se ao montante de perdas actuariais consideradas em Devedores, no corredor do Plano de Pensões, que se situam dentro do limite do mesmo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as responsabilidades por serviços passados associados a estes planos de pensões são as seguintes:

(10³ Euros)

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2009	2008	2009	2008
Responsabilidades em 1 de Janeiro	203 704	218 031	201 359	215 437
Custo dos serviços correntes	1 985	2 344	1 925	2 284
Custo dos juros	10 886	10 633	10 754	10 507
Benefícios pagos	(17 455)	(16 793)	(17 265)	(16 553)
Perdas/(ganhos) actuariais	4 954	(10 511)	5 300	(10 316)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	204 074	203 704	202 073	201 359
Responsabilidade por serviços futuros	207 586	194 878	207 020	194 204

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.20, as responsabilidades no Consolidado por pensões de reforma, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, calculadas com base no método de crédito das unidades projectadas, são analisadas como segue:

(10³ Euros)

	2009	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades por benefícios projectados					
Consolidado	204 074	203 704	218 031	218 851	222 279
Fundação	202 073	201 359	215 437	216 326	219 553

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo

para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, foram alterados os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2009. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é a seguinte:

	2009	2008
Taxa de crescimento nominal dos salários	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento nominal das pensões	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Tábuas de mortalidade		
Masculina	TV 73/77(M)	TV 73/77(M)
Feminina	TV 88/90(F)	TV 88/90(F)
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Método de valorização actuarial	Unit credit projectado	

Em 2009, no Consolidado e na Fundação contabilizaram-se, como custos com pensões de reforma, os montantes de € 19 476 000 (2008: € 2 741 000) e de € 19 387 000 (2008: € 2 564 000).

Os movimentos ocorridos na rubrica Corredor do plano de pensões relacionados com pensões para o ano de 2009 e 2008 são assim detalhados:

(10³ Euros)

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2009	2008	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	21 550	21 822	21 544	21 633
Transferências	(1 648)	(272)	(1 408)	(89)
Saldo em 31 de Dezembro	19 902	21 550	20 136	21 544

Provisão para outros benefícios aos empregados

A Provisão para outros benefícios aos empregados respeitam a compromissos com a Segurança Social durante o período de pré-reforma ou reforma antecipada e indemnizações relativas ao termo de contratos de trabalho de trabalhadores no estrangeiro.

Os movimentos relativos a esta provisão são assim detalhados:

	Consolidado		Fundação	
	2009	2008	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	4 353	4 427	2 587	2 814
Reforço de provisões	718	408	451	278
Efeito de desconto	(22)	–	–	–
Utilização de provisões	(991)	(579)	(513)	(505)
Diferenças cambiais	(53)	97	–	–
Saldo a 31 de Dezembro	4 005	4 353	2 525	2 587

Provisão para remoção e restauro

Os movimentos relativos a provisões para remoção e restauro são assim detalhados:

	Consolidado	
	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	–	–
Capitalização em Activos tangíveis	1 702	–
Diferenças cambiais	(52)	–
Saldo a 31 de Dezembro	1 650	–

A 31 de Dezembro de 2009 a Fundação reconheceu uma obrigação futura com a remoção e restauro de áreas de produção no montante de € 1 650 000, em Omã, Cazaquistão e no Brasil. Esta provisão está contabilizada pelo seu justo valor, como custo dos activos relacionados (activos fixo tangível) em contrapartida da provisão, conforme referido na nota 14.

Outras provisões

Os movimentos relativos a outras provisões são assim detalhados:

	Consolidado	
	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	366	–
Reforço de provisões	366	346
Diferenças cambiais	(24)	20
Saldo a 31 de Dezembro	708	366
Não corrente	354	366
Corrente	354	–
	708	366

As Outras provisões incluem o montante de € 354 000 (2008: € 366 000), a pagar em 2010, que respeitam a contingências decorrentes de exigências das autoridades do Cazaquistão.

As Outras provisões incluem ainda o montante de € 354 000 referente a valores a pagar aos operadores por concessões que terminaram ou vão terminar.

Nota 26

Credores e outros passivos não correntes

A rubrica "Credores e outros passivos não correntes" no montante de € 29 250 000 inclui o montante de € 26 527 000 a pagar à ADNOC em 2010 e 2011, o qual se encontra registado ao custo amortizado.

Em 31 de Março de 2009 o Grupo renovou o Joint Venture Agreement com a Abu Dhabi Gas Industries Ltd. (GASCO) por um período adicional de 20 anos, com data efectiva a 1 de Outubro de 2008. O Joint Venture Agreement original foi assinado em 1978, por um período de 30 anos. Decorrente da sua renovação o Grupo acordou em pagar à Abu Dhabi National Oil Company

(ADNOC) direitos de concessão no montante de USD 78 125 000, a pagar em partes iguais em 2009, 2010, 2011 e 2012.

A rubrica Credores e outros passivos não correntes em 31 de Dezembro de 2008, no montante de € 1 006 000, refere-se a projectos sociais a serem pagos durante o ano de 2010 no âmbito da concessão do bloco petrolífero em Angola.

Nota 27

Subsídios e bolsas

A rubrica "Subsídios e bolsas" no montante de € 8 487 000 (2008: € 7 814 000) corresponde aos subsídios e bolsas já autorizados pela Administração mas que ainda se encontram por pagar, por razões não imputáveis à Fundação.

Nota 28

Credores e outros passivos correntes

A rubrica "Credores e outros passivos correntes" é assim detalhada:

	(10 ³ Euros)			
	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2009	2008	2009	2008
Credores (interesses petrolíferos)	64 926	71 412	-	-
Fornecedores de locação financeira	392	1 104	392	1 104
Credores diversos				
Fornecedores	2 370	3 402	2 370	3 402
Estado	2 218	3 850	909	952
Custos a pagar	7 331	6 821	6 372	5 872
Receitas com proveito diferido	759	1 012	759	1 012
Direitos de concessão	13 558	-	-	-
Outros credores	18 497	10 777	3 945	1 955
	110 051	98 378	14 747	14 297

A rubrica Estado inclui o montante de € 868 000 referentes a projectos sociais a serem pagos durante o ano de 2010 no âmbito da concessão do bloco petrolífero de Angola.

Decorrente da assinatura do Joint Venture Agreement com a Abu Dhabi Gas Industries Ltd. (GASCO) em 31 de Março de 2009, a Fundação acordou o pagamento de USD 78 125 000 à Abu Dhabi National Oil Company ("ADNOC"). A rubrica direitos de concessão no montante de € 13 588 000 refere-se ao montante a pagar à ADNOC em 2010, conforme referido na nota 26.

A rubrica Outros Credores inclui a 31 de Dezembro de 2009, o montante de € 11 759 000 (2008: € 4 327 000) relativos a despesas dos blocos não operados pelo Grupo no Brasil, em proporção dos seus interesses nos consórcios.

Nota 29

Transacções com Partes Relacionadas

O valor das transacções da Fundação em base individual e anulado na consolidação com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisado como segue:

	(10 ³ Euros)				
	Activos	Passivos	Garantias	Custos	Proveitos
	2009				
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	13 883	-	14 518	-	13 883
Participations and Explorations Corporation	57	-	-	-	-
	13 940	-	14 518	-	13 883
	(10 ³ Euros)				
	Activos	Passivos	Garantias	Custos	Proveitos
	2008				
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	30 538	-	4 952	-	30 538
Participations and Explorations Corporation	43	-	-	-	-
	30 581	-	4 952	-	30 538

Nota 30

Justo valor de activos e passivos financeiros

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008 não se verificam diferenças significativas entre o valor contabilístico e o justo valor de activos e passivos financeiros.

Caixa e equivalente de caixa

Tendo em conta que se trata normalmente de activos de curto prazo o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Devedores subsídios e bolsas e credores e outros passivos

Tendo em conta que se trata normalmente de activos e passivos de curto prazo considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas à data do balanço.

Adiantamentos e credores e outros passivos não correntes

Tendo em conta que estes activos e passivos são registados ao seu valor actual considera-se como estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas à data do balanço.

Nota 31

Compromissos

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os compromissos no Consolidado e na Fundação são analisados como segue:

(10³ Euros)

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2009	2008	2009	2008
Garantias bancárias	24 727	15 644	14 610	5 172
Compromissos revogáveis	14 721	15 273	13 664	15 273
	39 448	30 917	28 274	20 445

As Garantias bancárias incluem o montante de € 24 635 000 (2008: € 15 424 000) referentes a *performance guarantees* emitidas por diversos bancos relativamente a compromissos assumidos pelas concessões no Brasil e Angola.

O Grupo assumiu um compromisso com o governo da República do Cazaquistão em que a Partex (Kazakhstan) Corporation cumprirá as suas obrigações em relação à concessão do Dunga.

Os Compromissos revogáveis dizem respeito à subscrições a efectuar em fundos de investimentos fechados.

Nota 32

Gestão dos riscos de actividade

A Fundação possui investimentos na área do Petróleo e do Gás e em instrumentos financeiros. Desta forma a Fundação encontra-se exposta a vários riscos dos quais se destacam risco operacional, risco de mercado, risco cambial e risco de liquidez.

Risco operacional

O Grupo participa activamente na exploração e produção de petróleo e gás e desta forma incorre no risco da sua actividade não obter sucesso.

Risco de mercado

O risco de mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa dos preços do crude e gás natural, taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações.

Os interesses petrolíferos da Fundação concentram-se principalmente no Médio Oriente e no Brasil. A produção de crude e gás natural é vendida através de contratos celebrados anualmente os quais permitem reduzir

a exposição a flutuações de curto prazo. A Fundação supervisiona a gestão do risco associado aos seus Activos e Passivos financeiros.

da sua moeda funcional. A Fundação tem como moeda funcional o Euro enquanto que a maioria das suas subsidiárias tem como moeda funcional o dólar americano.

Risco cambial

O risco cambial surge quando uma entidade realiza transacções numa moeda diferente

A repartição dos activos e dos passivos a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por moeda no Consolidado é analisado como segue:

(10³ Euros)

	Valor de Balanço	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra estrelina	Outras moedas
					2009
ACTIVO					
Activos financeiros não correntes	611 156	524 544	86 612	–	–
Adiantamentos	87 520	12 405	75 115	–	–
Activos financeiros correntes	1 213 548	898 685	199 295	67 563	48 005
Outras aplicações de tesouraria	493 845	490 755	2 235	523	332
Caixa e equivalentes de caixa	55 560	14 097	41 463	–	–
	2 461 629	1 940 486	404 720	68 086	48 337
PASSIVO					
Passivos financeiros correntes	11 071	–	9 922	642	507

(10³ Euros)

	Valor de Balanço	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra estrelina	Outras moedas
					2008
ACTIVO					
Activos financeiros não correntes	547 310	476 313	70 997	–	–
Adiantamentos	69 350	10 366	58 984	–	–
Activos financeiros correntes	1 499 604	930 151	402 994	93 387	73 072
Outras aplicações de tesouraria	225 883	164 059	56 833	512	4 479
Caixa e equivalentes de caixa	129 942	12 640	116 299	1 003	–
	2 472 089	1 593 529	706 107	94 902	77 551
PASSIVO					
Passivos financeiros correntes	25 121	298	669	1 806	22 348

A repartição dos activos e dos passivos a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por moeda na Fundação é analisado como segue:

(10³ Euros)

	Valor de Balanço	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra estrelina	Outras moedas
					2009
ACTIVO					
Activos financeiros não correntes	82 032	82 032	–	–	–
Investimentos em empresas subsidiárias	820 025	–	819 999	26	–
Activos financeiros correntes	1 213 548	898 685	199 295	67 563	48 005
Outras aplicações de tesouraria	493 845	490 755	2 235	523	332
Caixa e equivalentes de caixa	957	957	–	–	–
	2 610 407	1 472 429	1 021 529	68 112	48 337
PASSIVO					
Passivos financeiros correntes	11 071	–	9 922	642	507

(10³ Euros)

	Valor de Balanço	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra estrelina	Outras moedas
					2008
ACTIVO					
Activos financeiros não correntes	77 231	77 231	–	–	–
Investimentos em empresas subsidiárias	765 346	–	765 322	24	–
Activos financeiros correntes	1 499 604	930 151	402 994	93 387	73 072
Outras aplicações de tesouraria	225 883	164 059	56 833	512	4 479
Caixa e equivalentes de caixa	2 209	1 231	(25)	1 003	–
	2 570 273	1 172 672	1 225 124	94 926	77 551
PASSIVO					
Passivos financeiros correntes	25 121	298	669	1 806	22 348

Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz-se na incapacidade da Fundação em obter os meios de financiamento necessários para a precursão das suas actividades.

A Fundação considera que o risco de liquidez é reduzido.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os activos e passivos do Consolidado têm o seguinte escalonamento:

(10³ Euros)

	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
2009						
ACTIVO						
Activos financeiros não correntes	611 156	–	–	70 486	63 799	476 871
Adiantamentos	87 520	–	–	10 817	76 703	–
Activos financeiros correntes	1 213 548	66 059	84 899	341 203	112 234	609 153
Outras aplicações de tesouraria	493 845	493 845	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	55 560	55 560	–	–	–	–
	2 461 629	615 464	84 899	422 506	252 736	1 086 024
PASSIVO						
Passivos financeiros correntes	11 071	8 532	2 539	–	–	–

(10³ Euros)

	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
2008						
ACTIVO						
Activos financeiros não correntes	547 310	–	–	–	99 166	448 144
Adiantamentos	69 350	–	1 410	6 172	61 768	–
Activos financeiros correntes	1 499 604	140 071	103 453	385 805	253 427	616 848
Outras aplicações de tesouraria	225 883	225 883	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	129 942	129 942	–	–	–	–
	2 472 089	495 896	104 863	391 977	414 361	1 064 992
PASSIVO						
Passivos financeiros correntes	25 121	24 836	–	285	–	–

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os activos e passivos da Fundação têm o seguinte escalonamento:

(10³ Euros)

	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
2009						
ACTIVO						
Activos financeiros não correntes	82 032	–	–	70 486	11 546	–
Investimentos em empresas subsidiárias	820 025	–	–	–	–	820 025
Activos financeiros correntes	1 213 548	66 059	84 899	341 203	112 234	609 153
Outras aplicações de tesouraria	493 845	493 845	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	957	957	–	–	–	–
	2 610 407	560 861	84 899	411 689	123 780	1 429 178
PASSIVO						
Passivos financeiros correntes	11 071	8 532	2 539	–	–	–

(10³ Euros)

	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
2008						
ACTIVO						
Activos financeiros não correntes	77 231	–	–	–	77 231	–
Investimentos em empresas subsidiárias	765 346	–	–	–	–	765 346
Activos financeiros correntes	1 499 604	140 071	103 453	385 805	253 427	616 848
Outras aplicações de tesouraria	225 883	225 883	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	2 209	2 209	–	–	–	–
	2 570 273	368 163	103 453	385 805	330 658	1 382 194
PASSIVO						
Passivos financeiros correntes	25 121	24 836	–	285	–	–

Nota 33

Normas contábilísticas e interpretações recentemente emitidas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009, a Fundação adoptou as seguintes normas e interpretações contábilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009:

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de *performance*, (ii) introduz o conceito de *non-vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação.

IFRS 7 (alterada) – Instrumentos financeiros: divulgações

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2009, o IFRS 7 (alterada) – Instrumentos financeiros: divulgações, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração à IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre (i) a mensuração dos justos valores, estabelecendo nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria norma e (ii) sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações o impacto nas demonstrações financeiras da Fundação foi exclusivamente ao nível das divulgações.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, a qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

A IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterar a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação.

IAS 1 (alterada) – Apresentação de demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007 a IAS 1 (alterada) – Apresentação de demonstrações financeiras, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IAS 1 (alterada) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de *comprehensive income*.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações no Fundo de capital da Fundação.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pela IAS 1 tiveram apenas efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras da Fundação.

IAS 23 (alterada) – Custos de empréstimos obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2007 a IAS 23 (alterada) – Custos de empréstimos obtidos, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação.

Alteração à IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração à IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘puttable’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos da IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda à sua reaquisição (instrumentos ‘puttable’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

A IASB alterou ainda a IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

A IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes foi emitida em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para a Fundação a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

A IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito da IAS 18 – Reconhecimento de proveitos ou da IAS 11 – Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

A IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- ▶ a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- ▶ o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- ▶ aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação

em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas então em vigor.

As principais alterações decorrentes do Annual Improvement Project resumem-se como segue:

- ▶ Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com a IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras da Fundação;
- ▶ Alteração ao IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação;
- ▶ Alteração à IAS 16 – Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes

da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessação do arrendamento e a data da sua alienação. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação;

› Alteração à IAS 19 – Benefícios a empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação;

› Alteração à IAS 20 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com a IAS 20. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação;

› Alteração à IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado na IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre a IAS 23 e a IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação;

› Alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com a IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito da IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação;

› Alteração à IAS 28 – Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz da IAS 36 – Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação;

› Alteração à IAS 38 – Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação;

▶ Alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados, sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente às quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação da IFRS 8 – Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação;

▶ Alteração à IAS 40 – Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito da IAS 40 (antes abrangidas pela IAS 16 – Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Fundação.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Fundação ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. A Fundação irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

As alterações à IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciam após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para as IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Fundação não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e uma alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem

controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition*, em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill*, e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações à IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão da IFRS 3 e alteração da IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

A Fundação não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação

obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- ▶ Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- ▶ Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- ▶ Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

A Fundação não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IAS 39 (alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Fundação não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 o IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 sendo por isso a mesma de aplicação obrigatória para o Grupo apenas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

A Fundação não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para

exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Fundação não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- › as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- › o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- › a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- › o reconhecimento de proveitos;
- › a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Fundação não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Relatório dos Auditores

Certificação legal das contas consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Fundação Calouste Gulbenkian (“Fundação”)**, as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 2.800.416 milhares de euros e um total de fundo de capital de 2.429.368 milhares de euros, incluindo uma transferência para o fundo de capital negativa de 4.037 milhares de euros), a Demonstração consolidada do rendimento integral, o Mapa dos movimentos do fundo de capital e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu fundo de capital consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- › a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- › a verificação das operações de consolidação;
- › a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- › a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,

› a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Fundação Calouste Gulbenkian** em 31 de Dezembro de 2009, o rendimento integral consolidado, os fluxos consolidados de caixa e as alterações no fundo de capital consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 20 de Maio de 2010

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado

(ROC n.º 1011)

Relatório dos Auditores

Certificação legal das contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Fundação Calouste Gulbenkian (“Fundação”)**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 2.668.808 milhares de euros e um total de fundo de capital de 2.429.368 milhares de euros, incluindo uma transferência para o fundo de capital negativa de 23.384 milhares de euros), a Demonstração do rendimento integral, o Mapa dos movimentos do fundo de capital e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o rendimento integral, as alterações no seu fundo de capital e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- › a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- › a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- › a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- › a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação Calouste Gulbenkian** em 31 de Dezembro de 2009, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações no fundo de capital no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 20 de Maio de 2010

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado
(ROC n.º 1011)